

Reordenamento das placas tectônicas da geopolítica e da geoeconomia internacionais: multipolaridade ou radicalização da disputa interimperialista?

Resumo

O presente trabalho propõe-se a analisar a conjuntura atual das relações interimperialistas a partir de um ponto de vista histórico, isto é, utilizamos a ferramenta histórica e econômica para demonstrar como chegamos à atual situação. O artigo se divide em quatro partes. Na primeira, é abordado o surgimento, na virada do século XIX para o XX, do fenômeno imperialista a partir de autores clássicos que conceituaram o problema. A segunda sessão dedica-se a olhar para o imperialismo no intervalo do fim da Segunda Guerra Mundial até o início do século XXI. A terceira parte aborda a intensificação das rivalidades interimperialista durante a última década, destacando-se a problematização da concorrência entre as duas maiores economias globais, Estados Unidos e China, além de questionar a suposta ideia de multipolaridade da atualidade. Por fim, concluímos o artigo reafirmando o perigo em torno de tais disputas, inclusive com a ameaça atômica e do retorno da guerra em âmbito internacional.

Abstract

This paper aims to analyze the current situation of inter-imperialist relations from a historical perspective. In other words, we use historical and economic tools to demonstrate how we arrived at the current situation. The article is divided into four parts. The first part addresses the emergence of the imperialist phenomenon at the turn of the 19th century and the 20th century, based on classical authors who conceptualized the problem. The second section is dedicated to looking at imperialism in the period from the end of the Second World War to the beginning of the 21st century. The third part analyzes the intensification of inter-imperialist rivalries during the last decade, highlighting the problematization of competition between the two largest global economies, the United States and China, besides to questioning the supposed idea of current multipolarity. Finally, we conclude the article by reaffirming the danger surrounding such disputes, including the threat of atomic energy and the returning of war on an international level.

Palavras-chave: Interimperialismo; Crise de hegemonia; Acirramento das rivalidades.

Keywords: Interimperialism; Crisis of hegemony; Intensification of rivalries.

Área temática 2: História Econômica

Autor: Lucas Crivelenti e Castro – doutorando em Economia na UFF

Introdução

O presente artigo tem por finalidade realizar um debate inicial à contemporaneidade do capitalismo global, dando predominância interpretativa ao atual estágio da disputa interimperialista. Em nossa hipótese, o acirramento das disputas entre as distintas potências internacionais, com a aceleração exacerbada e disseminada de uma nova corrida armamentista, sinaliza para uma nova etapa do capitalismo monopolista internacional, em que tanto a perda de competitividade da economia estadunidense como a ascensão chinesa, ancorada desde o fim da década de 1970 no apoio ocidental e norte-americano, demonstram o colapso do ideal da pacificação da globalização neoliberal.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre a análise da rivalidade interimperialista contemporânea, pretendemos realizar a recuperação do debate clássico sobre o imperialismo e seu desdobramento ao longo do século XX. Em seguida, objetiva-se discutir o possível desmoronamento da política do “dólar forte”. A terceira parte abordará justamente as consequências político-econômicas, em escala internacional, com destaque para o acirramento das rivalidades interimperialista em contexto de aceleração de crises recorrentes. Por fim, pretendemos sinalizar possíveis consequências dessa intensificação da concorrência entre as principais potências e seus respectivos capitais para a ruína da sociabilidade, em uma dinâmica que a própria materialidade contemporânea se apresenta como catastrófica. Assim, a metodologia utilizada para a análise basear-se-á nos fundamentos de conceitos teóricos e suas correspectivas conjunturas e estruturas históricas.

Imperialismo: discussão de um conceito histórico-atual

O conceito de imperialismo surgiu no início do século XX, quando autores de diferentes matrizes interpretativas buscaram entender o acirramento das disputas econômico-protetionistas das potências retardatárias à época, as suas consequentes buscas por expansão territorial e áreas de influência e a formação dos monopólios, os quais passavam a moldar a diretriz das políticas econômicas em benefício próprio.

Hobson (1902), autor ligado à teoria liberal, chegou a criticar o expansionismo territorial devido a superproduções, aos trustes e ao protetionismo alfandegário em detrimento do enfraquecimento do liberalismo, em que o papel deste, na visão do autor, seria favorecer os consumidores finais, pois, com a concorrência do livre mercado, os preços tenderiam a baixar. Porém, a sua preocupação baseava-se na análise específica do

caso inglês, em que a manutenção do vasto império britânico redundava, de um lado, em altos custos para administração colonial e, conseqüentemente, gerava-se aumento dos impostos para população inglesa. De outro, com o aumento dos gastos fiscais da Inglaterra, formava-se uma classe rentista que nada produzia, denominada por ele de “parasitária”. Contra essa camada, Hobson (1902) chegou a propor uma reforma social com distribuição da renda e a taxaçoão dos imperialistas parasitários, o que estava em clara consonância com os “novos liberais” do período.

Contudo, a análise do problema do imperialismo tornou-se referência entre autores vinculados ao marxismo, já que essa nova categoria histórica passou a ser lida como um problema do desdobramento do acirramento da disputa entre diferentes países – com a exacerbaçoão do nacionalismo e do proteccionismo econômico – pelo desenvolvimento capitalista, que redundaria na barbárie das duas Guerras Mundiais.

Hilferding (1985) foi o precursor na análise marxista do imperialismo. Seu estudo baseia-se no caso alemão para interpretar o surgimento dos grandes conglomerados germânicos (cartéis e trustes), cujo crescimento acelerado dos mesmos estava diretamente relacionado à política alfandegária protecionista da Alemanha. Nesse contexto, o autor defendeu que os bancos, ao passarem a comandar as diretrizes das empresas produtivas, tinham por finalidade o lançamento de ações no mercado financeiro e, assim, conseguirem lucros extras por meio do “lucro fundador”. A interpretação de Hilferding (1985) a respeito do imperialismo está inerentemente relacionada à formação dos trustes e cartéis e à sua sustentação a partir do proteccionismo alfandegário. Como meio de se vencer as barreiras comerciais impostas por tributos aduaneiros, os países hegemônicos passaram a incentivar a exportação de capital produtivo para novas regiões terrestres a fim de se beneficiar da intensificação da exploração do trabalho vivo nessas regiões – salários menores e jornadas de trabalho mais longas. A violência estatal era a metodologia expansionista utilizada, em que se elencavam mecanismos coercitivos para expropriar populaçoões locais com o objetivo de proletarizá-las ou de inseri-las nos quadros do exército industrial de reserva (HILFERDING, 1985).

Apesar da teoria do imperialismo de Luxemburgo (1988) ter sido desprezada por críticos¹, a sua análise também destaca a importância da violência capitalista e estatal na

¹ Economistas críticos à intelectual germano-polonesa acusaram-na de incompreensão sobre o conceito de “reprodução ampliada do capital”, já que ela teria engessado a teoria marxiana em um circuito

execução das políticas imperialistas. Nessa perspectiva, Luxemburgo (1988) argumenta que, para o capital realizar a acumulação, ele deveria expandir-se para regiões não-capitalistas, dominando coercitivamente essas áreas, com a continuação do processo da “acumulação primitiva”, além de tutelar econômica e financeiramente esses novos territórios aos interesses hegemônicos das potências capitalistas. Assim, pela conclusão da autora, o imperialismo e sua violência intrínseca seriam consequentes da tentativa do capitalismo se sustentar, diante da tendência de colapso em decorrência das crises de subconsumo, com a expansão para espaços com economia arcaica.

A interpretação de Kautsky (1914) também guarda semelhanças com a de Luxemburgo (1988). Segundo ele, haveria uma discrepância produtiva entre dois setores da economia, industrial e agrícola, em que o primeiro se desenvolveria mais rapidamente do que o segundo. Essa constatação desencadearia dois fenômenos. Por um lado, esse seria um dos fatores desestabilizadores no setor fabril, evidenciados pela “escassez” e pela crise de “superprodução”. Por outro, o desenvolvimento contínuo das indústrias pressionaria a agricultura a se expandir constantemente, resultando tanto na corrida armamentista quanto no fenômeno imperialista. Nessa interpretação, as potências passaram a disputar acirradamente novas terras agriculturáveis, utilizando como ferramenta expansiva desde o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos (IED), para que se obtivesse infraestrutura necessária e adequada a dar sustentação ao fluxo de comércio internacional de bens primários, até a proliferação bélica das potências, que redundaria nas duas Guerras Mundiais.

Já a leitura de Bukharin (1986) do fenômeno imperialista relaciona diretamente a nova categoria histórica do capitalismo com a própria evolução econômica do mercado mundial. Dessa maneira, em seu modelo de análise, antes de esmiuçar os aspectos imanes do imperialismo, o autor russo demonstra como a divisão social do trabalho é transposta para o contexto internacional, fundamentado o conceito de “divisão internacional do trabalho” (DIT), o qual seria inerente ao próprio desenvolvimento desigual do capitalismo. A interpretação do autor é derivada da dicotomia entre regiões produtoras de mercadorias industriais e áreas especializadas na troca. Desdobrando a argumentação de Hilferdin (1985), Bukharin (1986) argumenta que a formação dos monopólios se expandirá para a rivalidade internacional, cujas tarifas protecionistas

fechado, que tenderia ao colapso capitalista por meio da tese de subconsumo. O imperialismo aparece na teoria da autora como uma tentativa de sustentação do capitalismo ao se expandir para novas áreas.

teriam finalidades diferentes em momentos distintos. Ou seja, segundo o autor russo, primeiramente, elas visavam a proteção do mercado interno contra concorrentes estrangeiros, mas, em uma segunda etapa, elas objetivavam o avanço de grandes conglomerados sobre monopólios de potências rivais. O resultado dessa política foi a ascensão de uma guerra aduaneira, materializada, em seguida, na carnificina da Primeira Guerra Mundial. Bukharin (1986) também recupera o conceito marxiano de “queda tendencial da taxa de lucro” para demonstrar que a expansão imperialista também se inseria no âmbito da luta de classes, já que os capitais buscariam regiões onde fosse possível explorar mais intensamente a força de trabalho dos trabalhadores.

Lênin (1985), por sua vez, utilizou-se das formulações feitas por Hobson (1902), Hilferding (1985) e Bukharin (1986) para definir “a fase superior do capitalismo”, isto é, o imperialismo em sua ascensão. O revolucionário russo esboçou tanto a preocupação com a transformação do capitalismo concorrencial em monopolista quanto a rivalidade resultante pelo enfrentamento dos grandes conglomerados monopolistas. Todavia, a leitura de Lênin (1985), em linha com sua atuação política, estava repleta de argumentos em defesa do rompimento com os paradigmas imperialistas através da realização de uma revolução socialista que banisse essa prática².

Em sua análise do imperialismo, Lênin (1985) vincula o aspecto rentista e parasitário, como o elaborado por Hobson (1902), das classes dominantes e de Estados hegemônicos com o conceito de “capital financeiro”, desenvolvido por Hilferding (1985), sobretudo no aspecto de concentração e centralização de capital de sua época. Para evidenciar o novo contexto do capitalismo, o qual estava permeado pela violência da “partilha do mundo” e a “caça às colônias” e pela monopolização, o revolucionário afirma que o século XX “marca o ponto de partida de viragem em que o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital em geral” (LÊNIN, 1985: 45). Ele também destaca que o resultado da expansão de IED em direção à periferia por meio da política imperialista seria a transformação de países independentes em áreas subordinadas financeira e diplomaticamente, assemelhando-se a “semicolônias” ou “formas transitórias de dependência” (LÊNIN, 1985: 81-4). Para o revolucionário russo, a outra forma de exploração imperialista ocorreria por meio da

² Luxemburgo (1988) também propôs a mesma solução socialista contra a barbárie imperialista.

execução dos conceitos de “rentismo” e “parasitário”, tanto o exercido por classes abastadas quanto pelas potências econômicas globais.

As definições de todos esses autores remetem ao surgimento dessa nova categoria histórica, denominada imperialismo, em que o acirramento das rivalidades e concorrência internacionais direcionaram o mundo à carnificina da guerra. Esse aspecto nega por si só o ideal liberal de relações equilibradas e pacíficas a partir de um suposto ponto de vista multipolar, pois tanto a corrida armamentista quanto a busca constante de novas áreas de influência tensionaram as relações internacionais no destino do confronto bélico. Desse modo, as interpretações acima são pertinentes para evidenciar esse fator intrínseco à intensificação das disputas geopolíticas e geoeconômicas das potências, algo que retornou ao panorama atual.

Entretanto, nenhuma das análises clássicas refletiu sobre a existência concomitante entre o liberalismo clássico do padrão ouro, meio da consolidação hegemônica inglesa entre o século XIX e a Primeira Guerra Mundial, com o surgimento de barreiras alfandegárias-protecionistas, levantadas pelos países retardatários – Estados Unidos, Alemanha e Japão – na concorrência internacional. Ou seja, o padrão ouro, executado por meio da livre conversibilidade das moedas em ouro, continuou funcionando normalmente até 1914. Essa determinação liberal não impediu que outros pressupostos liberais fossem atacados, como é o caso do protecionismo, que restringia a ampla circulação de mercadorias em âmbito global, com o claro objetivo de favorecer o desenvolvimento interno das economias atrasadas.

Na conjuntura atual, o dólar permanece como a moeda soberana, em que o recente protecionismo no setor comercial convive com a permanência da liberalização das contas de capital dos países mundo afora, com exceção da China. Nesse contexto, parece-nos que a hegemonia da moeda estadunidense não esteja ameaçada em futuro de médio prazo, mas, caso as economias dos outros países comecem a levantar bloqueios a essa livre circulação, pode-se ocorrer uma crise financeira, com fuga de capitais. Além do mais, a própria medida do governo neofascista de Donald Trump³ de se realizar uma reserva

³ Entre as medidas tomadas por Trump que o qualificam como neofascista, destacam-se: perseguição e expulsão de imigrantes, enquanto concede cidadania norte-americana a herdeiros do *apartheid* sul-africanos que desejem sair desse último país; censura de livros e controle dos mesmos em escolas; imposição de estética clássica nas artes e na arquitetura públicas; redução da diversidade e de direitos da comunidade homossexual; fim de programas de combate ao racismo; remoção de marco antirracista em *Washington D.C.*; aliança com supremacistas brancos; apologia às armas; perseguição a juízes; prisão de

estratégica de criptomoedas traz consigo a possibilidade de a política interna norte-americana boicotar o status supremo de sua moeda.

Em nossa hipótese, Trump, ao olhar para queda do poder inglês durante o início do século XX, iniciou sua guerra comercial a fim de não a repetir na contemporaneidade. Todavia, ainda não tem como sabermos o resultado, mas podemos supor que, apesar de não querer repetir a história do colapso britânico, Trump o faz no âmbito das políticas autocráticas, cujo resultado estamos vivenciando atualmente com a ascensão neofascista e a nova corrida armamentista. “Tragédia e farsa” (MARX, 2011) do mesmo bacilo, podendo resultar, mais uma vez, na barbárie da guerra e na hecatombe nuclear. Portanto, os estudos desses autores clássicos do imperialismo são pertinentes neste trabalho como luz que sinaliza o perigo que nos ronda, em que o acirramento da concorrência internacional entre distintas potências pode nos levar à exacerbação da violência como mecanismo de obtenção de novas áreas de influência⁴.

O resultado trágico do primeiro aquecimento das rivalidades interimperialistas foi justamente a barbárie sangrenta das duas Guerras Mundiais, cujo assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando foi apenas o estopim para o início da Primeira Guerra Mundial. Embora a Segunda Guerra Mundial seja mais complicada, ela também é explicada pela disputa interimperialista. A derrota alemã em 1918 e a punição severa imposta à Alemanha desencadearam a ascensão do nazismo. Hitler, que tinha sonhos imperialistas de formar o 3º Reich, utilizou-se da hiperinflação alemã e da crise de 1929 para inflar o seu movimento nazista. Após ser nomeado chanceler em janeiro de 1933, Hitler promoveu o extermínio, a perseguição e o genocídio de socialistas, comunistas, anarquistas, judeus, ciganos, pessoas com deficiência e homossexuais, além de ter invadido a Polônia em 1939 e, assim, dado início à Segunda Guerra Mundial.

A disputa interimperialista e a crise de 1929 ameaçaram as sociedades e países capitalistas com tamanha magnitude, em que as potências, antes mesmo do fim da

estudantes que criticaram o apoio estadunidense ao genocídio cometido por Israel sobre a população de Gaza pelo *Department of Homeland Security*, cujos cinismo e dissimulação acusam, falsamente, os militantes de “antisemitismo” – discurso claramente alinhado ao *lobby sionista*, o qual afirma que protestos contra a política de colonização permanente da Palestina e da “limpeza étnica” (PAPPÉ, 2016) seriam “antisemitas”, enquanto Elon Musk fez saudação nazista na posse de Trump e não houve uma crítica sequer de alas sionistas ao gesto. Muito pelo contrário, Musk é tido como um aliado de Benjamin Netanyahu e de Israel.

⁴ Concordamos com Lazzarato (2023) a respeito da semelhança do período atual com o precedente à Primeira Guerra Mundial, já que se verifica o acirramento das hostilidades econômicas entre as principais economias nacionais de cada época em ambos os momentos.

Segunda Guerra Mundial, perceberam a necessidade de se moldar acordos entre as nações para que a acumulação de capital pudesse prosperar novamente. Assim, em 1944, o campo ocidental, centrado nos Estados Unidos e na Inglaterra, propôs elaborar mecanismos que evitassem o surgimento de uma crise econômica como a de 1929. Desse modo, firmaram-se os acordos de *Bretton Woods*, os quais estipularam a regulação financeira, com o padrão ouro-dólar, taxas de câmbio fixas e reajustáveis e a autorização para autonomia no controle de capital dos países (HELLEINER, 1994).

A hegemonia norte-americana baseada nos conceitos de “império informal” e “poder estrutural”

Os acordos de *Bretton Woods*, que regularam as finanças mundiais, e o planejamento econômico keynesiano proporcionaram o crescimento econômico e acumulação de capital, principalmente nos países centrais durante o pós-guerra, mas eles não significaram o fim do imperialismo. Embora Harvey (2013) defenda que a época dos “30 anos gloriosos” representou o desenvolvimentismo nos Estados Unidos e qualifique o retorno das políticas imperialistas apenas com a ascensão dos falcões republicanos, com o seu “Projeto para o Novo Século Norte-Americano” durante o governo de George W. Bush, em nosso entendimento, esse tipo de leitura não se sustenta.

Os Estados Unidos atuaram ou intervieram *diretamente* nas guerras da Coreia (1950-53), do Vietnã (1959-75) e do Golfo (1991) e nos golpes do Irã (1953) e do Chile (1973), além de ter exercido a política do dólar forte, principalmente após 1979. O geógrafo inglês também se esquece da corrida armamentista do governo Ronald Reagan durante os anos 1980, em que, de um lado, se expandiu as políticas neoliberais e, de outro, produziu-se um keynesianismo de guerra, com investimentos pesados no complexo militar-bélico, para aniquilar a rivalidade soviética em decadência. O equívoco de Harvey (2013) pode ter ocorrido em seu desejo de criticar as políticas domésticas (*Patriot Act* e *Homeland Security Act*) e expansionistas (guerras do Afeganistão e do Iraque) de Bush durante o calor dos acontecimentos.

Embora houvesse o aspecto bélico⁵ na consolidação hegemônica norte-americano do pós-guerra, é preciso reconhecer que o imperialismo sofre algumas metamorfoses

⁵ Não se trata de negar a capacidade bélica e de intervenção estadunidense, já que a disseminação das suas mais de 800 bases militares espalhadas pelo mundo (METRI, 2020) e a busca contínua de inovações armamentistas pelas forças armadas dos Estados Unidos estiveram presentes durante todo o período

durante esse novo período, assimilando-se mais à descrição feita por Kautsky (1914) a respeito do “ultraimperialismo”⁶.

Durante os “30 anos gloriosos”, com a centralização da hegemonia conquistada pelos Estados Unidos após 1945, dissipou-se a disputa econômica e a busca de áreas de influência entre as potências ocidentais – a clara exceção foi o surgimento da rivalidade entre a economia de mercado capitalista, liderada pelos Estados Unidos, e o socialismo real soviético no âmbito da Guerra Fria – para se dar lugar a uma integração, expansão e cooperação entre as diversas transnacionais para o beneficiamento do comércio internacional através de IED.

Nessa perspectiva, de acordo com Panitch e Gindin (2004), no pós-guerra, o modelo imperialista de disputa entre potências cessa, originando-se em seu lugar a formação do império singular estadunidense, o qual conseguiu promover a expansão capitalista por todas as regiões do globo⁷. Após 1945, restringiu-se a obtenção de áreas de influência de tipo “império formal” colonizador, como os realizados pelas metrópoles estrangeiras durante a colonização europeia da América e, após o Congresso de Berlim (1884-85), da África e da Ásia. Pelo contrário, reconhecer-se-ia a autonomia política dos países e seu direito à autodeterminação, mas a área econômica ficaria subordinada a um “império informal” norte-americano (PANITCH; GINDIN, 2004), para que se privilegiasse a expansão e acumulação de capital.

Helleiner (1994) é claro ao explicar a finalidade do controle de capitais. De acordo com ele, tanto Harry Dexter White, o negociador estadunidense, quanto John Maynard Keynes, o debatedor inglês, defenderam o controle de capital como medida para se estabelecer a taxa de juros dos países a partir de suas economias internas, sem a influência da especulação do mercado financeiro internacional. Assim, com as medidas tomadas a partir das experiências feitas pela Alemanha e pelo Japão na década 1930, o autor comenta que se promoveria mais facilmente o avanço da industrialização e o planejamento

posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Aliás, o poder de fogo norte-americano está inerentemente atrelado à ascensão, consolidação e manutenção da hegemonia imperialista estadunidense.

⁶ Para Kautsky (1914), após a Primeira Guerra Mundial, surgiria uma nova fase histórica da categoria do imperialismo, a qual fora nomeada de “ultraimperialismo”. Este se sobressairia em um processo de conscientização das diversas correntes nacionalistas do “capital financeiro” de que não valeria mais a pena rivalizar-se entre si, mas que a vantagem estaria em sua união o controle e exploração do mundo.

⁷ Até 1991, o bloco soviético exercia rivalidade com os Estados Unidos no curso da Guerra Fria, o que, de alguma forma, continha o avanço capitalista nas áreas de influência do socialismo real. Entretanto, com o colapso deste, não haveria mais barreira para disseminação das práticas capitalistas e mercantis pelo mundo.

macroeconômico (HELLEINER, 1994). Outro aspecto do controle de capitais seria a contenção da vulnerabilidade externa dos países diante de choques financeiros, pois um estável sistema de taxas de câmbio não seria compatível com a livre circulação de capital e o estabelecimento da integração do comércio mundial, como este fora feito com a ratificação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT). Já Brunhoff (2005) ressalta que a submissão do dólar ao controle externo do ouro, somado ao artifício das taxas fixas e reajustáveis de câmbio, era conter a especulação internacional do mercado financeiro com as operações de câmbio entre as diversas divisas mundiais.

Panitch e Gindin (2004) reforçam que a nova dinâmica “informal” do imperialismo estadunidense no pós-guerra, ao alegarem que o sistema de *Bretton Woods* e os organismos multilaterais, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, faziam parte das deliberações para se criar uma nova ordem liberal, cujo intuito era o impulsionamento da globalização comercial via IED. Além disso, eles ressaltam que, mesmo que as finanças estivessem reguladas pelos acordos de *Bretton Woods*, o dólar saiu da conferência como a moeda internacional de troca, além de as sedes do FMI e do Banco Mundial terem sido instaladas em Washington D.C., facilitando os controles feitos pelo Tesouro norte-americano e pelo *Federal Reserve* (FED).

O ressurgimento da hegemonia das finanças durante os anos 1970 marca o caminho a ser direcionado pelas autoridades norte-americanas em sua centralização imperialista. Mesmo que a soberania do dólar fora questionada naquele período devido ao rompimento unilateral com o padrão dólar-ouro em 1971 e a persistente estagflação no país, o processo de abertura financeira⁸ e de realização de políticas monetaristas sinalizavam o caminho para a retomada da soberania do dólar.

Como explica Serrano (2002), o deslize do poderio estadunidense ocorrera com a efetivação dos acordos de *Bretton Woods*, que impôs uma restrição externa ao dólar ao atrelá-lo ao ouro. Em 1971, os Estados Unidos decidiram sair dessas amarras, rompendo unilateralmente com o padrão dólar-ouro. Depois do “Choque Volcker”, em 1979, e com a ratificação do regime cambial livre para flutuar, a ruptura proporcionou-lhes a completa autonomia na condução de suas políticas monetária e fiscal e na liberdade de poderem incorrer em déficits do balanço de pagamentos sem se preocuparem com o risco de fuga de capitais para o ouro (SERRANO, 2002).

⁸ O fim do controle do movimento de capitais nos Estados Unidos ocorreu em 1974 (HELLEINER, 1994).

Para se chegar a esse novo paradigma hegemônico, os Estados Unidos necessitaram apoiar-se em sua estrutura de poder, levantada desde 1944⁹, mas que sofria as limitações externas devido à vinculação do dólar ao ouro. Nesse contexto, como afirma Strange (1987), em vez de os Estados Unidos terem perdido seu poder, o que seria um “mito”, houve ganhos em favor da política e da economia norte-americana com as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970. De acordo com a autora, o “poder estrutural”¹⁰ baseia-se nas escolhas e nos modelos para conduzir a economia política internacional, cujos demais países, instituições, empresas e profissionais devem se pautar em suas ações (STRANGE, 1987).

Para além do atrelamento do dólar ao ouro durante os “30 anos dourados”, o plano de manter as finanças globais controladas durou pouco tempo. Na primeira metade da década 1950, a *City* de Londres iniciou a estruturação para reabrir sua vocação financeira, dando origem à formação do euromercado de dólares ou simplesmente eurodólares (CHESNAIS, 1996; 2005; BRUNHOFF, 1998; 2005; HELLEINER, 1994). Chesnais (2005) destaca os eixos principais da ascensão do mercado de eurodólares. Para o economista francês, tanto a reabertura do mercado de ouro, em 1954, quanto a criação de uma *offshore* na *City* de Londres, em 1958, cujo modelo e estatuto próprio se assemelhavam a um “paraíso fiscal” tiveram papel fundamental no surgimento do euromercado de dólares. O ano de 1958 também foi marcado pela volta da conversibilidade das moedas europeias ao dólar nas transações correntes entre países¹¹. Esse procedimento redundou expectativas positivas e possibilitou a reinserção dos diferentes agentes do mercado em novas operações financeiras (HELLEINER, 1994).

Com a abertura do mercado de eurodólares, as transnacionais norte-americanas, que tinham expandido suas áreas produtivas para os demais países centrais e até para a periferia capitalista durante o pós-guerra, mudaram suas estratégias. As empresas

⁹ Desse modo, seria um equívoco afirmar que Bretton Woods conteve o domínio dos Estados Unidos, principalmente porque tanto a hegemonia cambial era exercida pelo dólar quanto White soube impor os anseios econômicos e financeiros norte-americanos em detrimento das propostas feitas por Keynes (HELLEINER, 1994; WALTER, 1993).

¹⁰ Segundo Strange (1987), esse “poder estrutural” seria sustentado por quatro pilares. O primeiro seria a estrutura de segurança, cujo monopólio bélico da força seria utilizado contra possíveis ameaças. O segundo seria o sucesso econômico da estrutura produtiva estadunidense, com suas transnacionais dominando seus segmentos de atuação. O terceiro seria a dominância do setor financeiro e na concessão de créditos. O quarto eixo estaria no viés de controle do conhecimento.

¹¹ Segundo Helleiner (1994), as operações na conta de capital dos países permaneceram fechadas, o que gerou frustração e decepção nos autores neoliberais europeus.

estadunidenses retiveram partes dos lucros para serem aplicados no mercado financeiro inglês, alimentando o crescimento do euromercado (CHESNAIS, 1996; 2005).

O ressurgimento da potencialidade financeira da *City* de Londres e a crescente expansão do mercado de eurodólares já ameaçavam as regulações de *Bretton Woods*, quando, ao longo dos anos 1960, os déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, causados tanto pela saída de capital para IED e em carteira (eurodólares não repatriados e aplicados na *City*) quanto pela guerra do Vietnã, agravaram o problema. A saída encontrada pelo governo dos Estados Unidos foi exercer o papel de senhoriagem do dólar e imprimir sua moeda nacional para arcar com as devidas despesas. Entretanto, os demais países centrais, liderados pela França, passaram a questionar a medida adotada e pedir a paridade ao ouro, já que o dólar estava vinculado ao metal (CHESNAIS, 1996; HELLEINER, 1994).

O desdobramento histórico desse processo foi o rompimento unilateral do governo de Richard Nixon com o padrão dólar-ouro em 1971, aniquilando, assim, as regulações de *Bretton Woods*. Este seria completamente extinto em 1973, quando se encerrou o regime de câmbio fixo e reajustável entre os países, iniciando-se o processo de liberalização do câmbio flutuante sujo que permanece até os dias atuais (CHESNAIS, 1996; BRUNHOFF, 2005).

Em *Capitalismo e Liberdade*, publicado pela primeira vez em 1962, Milton Friedman (1982) já defendia o rompimento do padrão dólar-ouro e o estabelecimento do câmbio livre, cujas políticas monetária e fiscal restritivas sustentariam, juntamente com a abertura das contas correntes e de capital dos países, o dólar estável. O economista de Chicago também foi o precursor em reivindicar o rompimento unilateral do dólar ao ouro para que os Estados Unidos resolvessem o seu problema de incorrer em recorrentes e crescentes déficits do balanço de pagamentos (FRIEDMAN, 1982). No seio dessa argumentação de Friedman (1982) estava a retórica de que o dólar deveria se tornar reserva de valor internacional por meio da venda dos títulos do Tesouro norte-americano.

Quando Nixon se tornou presidente dos Estados Unidos, em 1969, Friedman foi nomeado conselheiro do governo republicano. Nesse sentido, não é apenas mera coincidência factual que o rompimento com os acordos de *Bretton Woods* tenha sido feito durante o mandato de Nixon, uma vez que sua gestão estava alicerçada em uma base ideológica neoliberal e monetarista.

Os economistas Charles Kindleberger, Emile Despres e Walter Salant também escreveram um artigo na revista *The Economist* em 1966 em defesa do rompimento dos Estados Unidos com o padrão dólar-ouro. A partir de um ponto de vista realista – *realpolitik* –, mas que não escondia a defesa da hegemonia norte-americana, os três autores advogaram pela perda de representação do ouro como ativo supremo de reserva de valor (KINDLEBERGER; DESPPRES; SALANT, 1981). O eixo da argumentação era pautado no poder conquistado pelo dólar durante o pós-guerra, sobretudo após o nascimento e expansão do mercado de eurodólares.

A década de 1970 foi conturbada para a hegemonia norte-americana. No campo político-militar, a potência perdia a guerra do Vietnã e sofria oposição interna por essa ocupação imperialista, enquanto que na economia havia a crise da acumulação fordista, com queda na produtividade do trabalho e a exacerbção de uma prolongada estagflação (HARVEY, 1996). Porém, a hegemonia do dólar foi consolidada em 1979, quando o presidente do FED à época, Paul Volcker, elevou sobremaneira as taxas de juros norte-americanas. Além de redundar na crise da dívida externa latino-americana, essa manobra monetarista reordenou as finanças internacionais, com os capitais migrando para os Estados Unidos, descredibilizando qualquer argumento contestatório a respeito da hegemonia estadunidense em relação ao poder imperialista do dólar. Aliás, esse novo status atingido pelo dólar qualificava o privilégio irrestrito de os Estados Unidos se endividarem infinitamente e isso não significar qualquer risco de crise em seu balanço de pagamentos ou em seu poder global. Muito pelo contrário, a capacidade de se endividar representava justamente a materialização imanente da soberania hegemônica do dólar e da economia estadunidense em relação aos demais países (TAVARES, 1985; SERRANO, 2002).

Tavares (1985) explica, inclusive, que tanto a política financeira quanto a militar dos Estados Unidos durante o governo de Ronald Reagan possuíam características “agressivas e imperiais”, pois havia a política contraditória de se expandir os gastos militares no fim da Guerra Fria e, concomitantemente, realizar políticas monetárias restritivas, com privilégio a potencializar a soberania monetária do FED.

Os demais países entraram na dinâmica das finanças desreguladas e globalizadas a partir da elevação competitiva dos juros na busca de atrair capitais ociosos e na rigidez da política fiscal (TAVARES, 1985; SERRANO, 2002). Eles aderiram ao modelo macroeconômico neoliberal-monetarista já na década de 1980, cujo período foi marcado

pela abertura das contas de capital e pela implementação de políticas monetária e fiscal restritivas. Essa incorporação dos outros países ricos ratificava o poder das finanças globalizadas, em que tanto *Wall Street* fortalecia seu domínio quanto o dólar passava a exercer o poder hierárquico das moedas globais (CARNEIRO, 1999; PRATES, 2002). Isto é, o dólar ratifica seu poder de moeda soberana, exercendo as três funções da moeda a nível global, destacando-se os papéis de reserva de valor e de meio de pagamentos de trocas comerciais de países quando nem os Estados Unidos são um dos agentes de mercado realizando transações, seja de cunho comercial ou simplesmente financeiro.

A abertura externa das contas de capital da periferia capitalista foi feita durante os anos 1990 e teve como diretriz em sua realização os eixos econômicos externo e interno. No caso da dinâmica externa, sobressaem os aspectos estipulados pelos acordos de ajuda feitos pelo FMI e as orientações do Consenso de Washington. No plano interno, as classes dirigentes locais incorporaram as doutrinas ideológicas neoliberal e monetarista para implementar profundas reformas no marco regulatório de seus países e em suas políticas macroeconômicas (FILGUEIRAS, 2000; CASTRO, 2021).

A “Grande Moderação”, como ficou conhecido esse período histórico de 1984 a 2007, em um viés doutrinário, apresentava o sucesso macroeconômico da ordem liberal-monetarista estadunidense sobre o resto do mundo, o qual deveria, mais uma vez, se espelhar e realizar as reformas pró-mercado, liberalizantes e de política deflacionária como finalidades do novo contexto histórico e geoeconômico.

Todavia, permaneciam-se dissimuladas a prevalência do mercado financeiro, centralizado em *Wall Street*; o crescimento cíclico do poder hegemônico do dólar e do FED; a explosão de operações especulativas e de arbitragem de moedas nacionais via *carry trade* de derivativos (ROSSI, 2016) ou diretamente em títulos públicos de países com taxas de juros divergentes; a perda de competitividade das empresas norte-americanas; e a dependência tanto da importação de mercadorias chinesas quanto a venda de títulos do tesouro estadunidense à China para que o fluxo da acumulação em ambos os países não cessasse. Embora o resultado tenha sido uma sucessão de crises financeiras¹²

¹² Embora as crises sejam a negação da acumulação de capital (GRESPLAN, 2012), Panitch e Gindin (2004) sinalizam que o aumento da recorrência de crises fazia parte do sucesso da hegemonia estadunidense em torno do dólar e da financeirização.

durante os anos 1990, o modelo de liberalização financeira e ajustes monetaristas seguiu seu curso de plena expansão.

Tampouco a crise de 2008, originada na economia doméstica estadunidense, arruinou o status soberano e hierárquico do dólar. Aliás, em um movimento contraditório, as divisas espalhadas pelo mundo em busca de valorização financeira voltaram aos Estados Unidos após a eclosão da crise financeira do *subprime* (CONTI, BIANCARELLI, ROSSI, 2013; ROSSI, 2016). Esse movimento paradoxal se explica justamente pela dinâmica do capitalismo financeirizado e da hierarquia das moedas. A partir da formação dos ciclos de liquidez global, no momento ascendente, o alvo da acumulação, devido ao diferencial de juros, são as moedas dos países periféricos, valorizando-as, mas, quando há a reversão do ciclo, com a disseminação da incerteza, os capitais voltam para a segurança da moeda hegemônica, que detém o status de ser reserva de valor global, desvalorizando as moedas periféricas (CONTI, BIANCARELLI, ROSSI, 2013; ROSSI, 2016).

Sendo assim, com a eclosão da crise de 2008, em vez de se questionar e/ou derrubar o papel hegemônico do dólar, reafirmou-se a soberania dos Estados Unidos em realizar políticas monetárias e fiscais expansivas, já que, de um lado, fora executado a compra de títulos privados sem valor de mercado pelo FED e, de outro, este injetou uma alta gama de liquidez em *Wall Street*, finalidade suprema do socorro prestado pela implantação da política do *Quantitative Easing*.

Supremacia norte-americana ameaçada ou escalada interimperialista?

Embora a hipótese da perda da hegemonia estadunidense seja uma constância – inclusive financeira-monetária – em diferentes espectros de análise da economia política internacional desde a crise da acumulação fordista nos anos 1970, essa tendência vem se acentuando durante a última década com as inovações tecno-financeiras e o aumento relativo da atuação da China ao estabelecer trocas internacionais, contratos bilaterais de *swaps* e até mercado futuro de petróleo (petroyuan) atrelados ao renminbi. No entanto, parece-nos precoce atrelar a suposta perda de poder do dólar à ascensão lenta de operações cambiais e financeiras vinculadas à moeda chinesa. Além disso, como lembra Metri (2020), a utilização do renminbi é muito aquém do dinamismo econômico chinês, já que, apesar de atingir o patamar de segunda maior economia do mundo em 2010,

apenas 2,79% das transações globais em agosto de 2015 eram atreladas à moeda chinesa, a qual permanecia atrás da libra, do euro e do dólar.

Todavia, a ascensão chinesa não se restringe a operações no mercado financeiro global, que permanecem irrisórias. A China, aliás, continua como a maior credora dos Estados Unidos, possuindo a maior parte dos títulos do Tesouro estadunidense. Embora possa ser precoce a sentença de declínio progressivo norte-americano, é possível reconhecer o superaquecimento das disputas interimperialistas, sobretudo no que se refere aos últimos dez anos. Após toda a consagração da doutrina neoliberal por mais de 40 anos, tendo os Estados Unidos o pilar principal de sustentação desse regime, retornou-se à esfera econômica global a pauta da guerra comercial – política que teve início no primeiro mandato trumpista contra o crescimento da China, intensificada neste início de segundo governo do republicano para diversos países, ricos e pobres¹³. Esse reaparecimento da política protecionista parece-nos reflexo da perda competitiva internacional das empresas norte-americanas, em um claro sinal populista à classe média trabalhadora do cinturão da ferrugem, onde a perspectiva de emprego drenou profundamente com a fuga de indústrias para o México e o leste asiático.

Nessa perspectiva, o declínio concorrencial estadunidense foi cavado pela própria política neoliberal estadunidense desde os anos 1970. Por um lado, os Estados Unidos buscaram consolidar sua hegemonia por meio da política do “dólar forte”¹⁴; algo permanece até os dias de hoje¹⁵, mas, ao mesmo tempo, traz consigo a armadilha de encarecer a produção doméstica norte-americana, o que resulta, por sua vez, na perda de capacidade concorrencial de sua economia em âmbito global. Por outro, para sustentar o

¹³ Além da busca da reindustrialização norte-americana, o protecionismo trumpista tem um perfil ideológico, já que o presidente dos Estados Unidos estuda realizar um acordo de livre comércio com a Argentina, sob o comando do também neofascista Javier Milei, que, por sua vez, ameaça abandonar o Mercosul. Milei também faz parte da ponta de lança do neofascismo atual; seu governo chegou a classificar pessoas com deficiência como “imbecis” e “débeis mentais”. O presidente argentino também possui um discurso *anti-establishment*, uma ideologia anarcocapitalista e utiliza uma motosserra como símbolo de eliminação de dissidências e/ou da burocracia estatal.

¹⁴ Na ânsia de não perder qualquer espaço de poder financeiro estadunidense e de sua moeda, Trump ameaçou, em janeiro deste ano, impor tarifas de 100% aos membros do Brics se eles continuassem sua política de desdolarização nas transações comerciais e financeiras entre os países membros do chamado grupo “emergentes”. Embora Trump tenha levantado barreiras alfandegárias contra México e Canadá, elas seguiam suspensas até o início de abril devido a pressões de empresários norte-americanos.

¹⁵ Segundo Epstein (2023), 60% das reservas globais estão vinculadas à moeda norte-americana, além de o dólar ser utilizado em 60% dos empréstimos e depósitos entre bancos internacionais. O autor também afirma que o dólar é utilizado em quase 70% dos contratos de crédito relacionados a moedas estrangeiras, enquanto 90% das transações cambiais estrangeiras se vinculem ao dólar.

padrão de vida dos cidadãos estadunidenses e baratear o preço das mercadorias a nível mundial, operou-se tanto a liberalização comercial e financeira mundo afora quanto a transferência de plantas fabris para regiões com força de trabalho mais baratas; essa política, inclusive, favoreceu sobremaneira as multinacionais dos Estados Unidos, obtendo ganhos em seus lucros com a expansão da exploração do trabalho para países periféricos.

Portanto, a própria possibilidade de declínio da hegemonia dos Estados Unidos está diretamente relacionada à consolidação de seu “império informal” no contexto neoliberal. Desse modo, tanto a China – primeiramente, inclusive – quanto o México foram alçados como aliados na redução dos custos internacionais por meio da integração de cadeias globais de produção, com a plena transferência de plantas fabris para a periferia. O governo Nixon, por meio da “diplomacia” de Henry Kissinger, restabeleceu relações com a China, quando esta ainda realizava sua “revolução cultural”. No fim dos anos 1970, durante o governo de Deng Xiaoping, a China abriu sua economia à entrada de transnacionais, desde que essas transferissem *know-how* e tecnologia a empresas locais (HARVEY, 2012). Os países centrais, Estados Unidos incluído, e suas empresas aceitaram o mecanismo reivindicado pela China em seu processo de desenvolvimento capitalista doméstico.

Além disso, a China não aderiu à ortodoxia macroeconômica neoliberal, mantendo o controle sobre suas contas de capital, isto é, sobre o fluxo internacional de divisas. Assim, pôde conectar a política de transferência de tecnologia das transnacionais que migravam para o país com estratégias de desenvolvimento econômico keynesianas, inclusive no campo bélico¹⁶.

Dessa maneira, parece-nos plausível afirmar que os países desenvolvidos cavaram sua própria cova diante da produção industrial global e da fantasia liberal da harmonia global, perdendo capacidade concorrencial internacional, enquanto a China usufruía de sua imensa força de trabalho barata para alavancar sua industrialização. Esses fenômenos

¹⁶ Segundo Saint-Pierre (2025), a China teria conquistado a supremacia naval, além da dominação da “hipersonia missilística, mostrando mísseis ar-ar com alcance de 1.000km; também apresentou super drones furtivos de grande capacidade e baixo custo e um drone capaz de voar a mais de 45 km de altura e dirigir com precisão esses mísseis ou comandar enxames de drones; também apresentaram duas surpreendentes aeronaves de sexta geração que podem deixar muito para trás o pouco confiável F35, e finalmente; deixaram vaziar fotografias de um imenso prédio para alojar o comando das suas forças dez vezes maior que o Pentágono”.

redundaram tanto na crescente desindustrialização interna dos Estados Unidos como na transferência de filiais de transnacionais ocidentais à China, retroalimentando ciclicamente o dinamismo da economia chinesa e a queda na produção industrial estadunidense.

No entanto, essa constatação não nos autoriza a declarar o colapso estadunidense, como autores¹⁷ de diferentes correntes interpretativas fizeram-no durante um intervalo de tempo considerável, tampouco afirmaríamos que a conjuntura atual tratar-se-ia de uma multipolaridade (ARRIGHI, 2008; STUENKEL, 2016). Pelo contrário, como pretendemos defender, trata-se, na verdade, de um claro e forte acirramento das disputas interimperialistas sobre os mecanismos de dominação da economia mundial – tanto dos setores produtivos quanto financeiros –, da recuperação dos parques industriais domésticos – especialmente no caso norte-americano – e da recuperação das respectivas áreas de influência de cada potência – sobretudo os casos russo e chinês em relação, respectivamente, à Ucrânia e Hong Kong e Taiwan¹⁸. Essa intensificação já pôde ser presenciada com a destruição material e humana das duas guerras imperialistas contemporâneas, Ucrânia e o genocídio sobre Gaza¹⁹.

¹⁷ Arrighi (2008) identifica a ascensão da financeirização exacerbada da virada dos anos 1970 para os 1980, bem como a Guerra do Vietnã, como a “crise sinalizadora” da suposta perda de hegemonia estadunidense, enquanto que a política de invasões de George W. Bush demonstraria a “crise terminal” do imperialismo norte-americano. Além disso, para Arrighi (2008), com a ascensão da China, a hegemonia estadunidense teria perdido o status de exclusividade da dominação da ordem global, a qual deixara de ser unipolar para se tornar multipolar, centrada nas duas maiores economias do mundo. Esse tipo de análise é corroborado pela argumentação de Stuenkel (2016), cujo autor ressalta o papel dos Brics, centralizado na China, como o sustentáculo de uma suposta “nova ordem global”, em que as instituições inauguradas pelos países emergentes remodelariam as relações internacionais na direção da multipolaridade.

¹⁸ Não consideramos a Rússia um país totalmente hegemônico em escala global, principalmente após o colapso da antiga URSS; o governo Putin busca justamente alcançar algum status de potência, sobretudo em âmbito regional, como a anexação da Crimeia em 2014 e a subsequente guerra contra a Ucrânia a partir de 2022 demonstram por si sós. O pacifismo chinês se restringe aos seus acordos bilaterais externos e a seu campo diplomático para questões internacionais, pois, no plano interno e em suas áreas de influência regionais, a China possui o histórico de repressão, perseguição e rivalidade com seus oponentes, como os casos de Taiwan, Hong Kong, Tibet e até mesmo a Índia indicam.

¹⁹ A solução da dupla neofascista Trump-Netanyahu causa náusea em qualquer defensor dos direitos da democracia plena e da autodeterminação. Embora o cessar-fogo tenha sido assinado no fim de semana anterior à posse de Trump, os dois chefes de Estado, centralizado no protagonismo trumpista para a resolução do destino da Faixa de Gaza, propuseram a expulsão de todos os remanescentes vivos palestinos do local para países árabes vizinhos e traçaram, cinicamente, um projeto de transformar a área, de terra arrasada, em uma nova Riviera no Mar Mediterrâneo, com a clara demonstração da correspondência entre a plutocracia empreendedora e o neofascismo. Aliás, em março deste ano, Israel voltou a atacar Gaza, violando o acordo de cessar-fogo. O sionismo, desde a guerra de independência de Israel em 1948, quando houve uma política de “limpeza étnica” sobre a população árabe, executada por milícias e *progoms* (PAPPÉ, 2016), guarda uma estreita relação com políticas fascistas, omitidas por

A própria realidade contemporânea nega qualquer possibilidade otimista de classificar a estrutura de poder atual numa multipolaridade pacífica. Com uma leitura mais lúcida do jogo geopolítico contemporâneo, Fiori (2025) traça comparações sobre a dinâmica atual com os anos 1970 – quando os Estados Unidos, em sua argumentação, tiveram de recuar em sua política geoeconômica, retomar relações com a China e finalizar a guerra do Vietnã para retomar a hegemonia global – a fim de demonstrar a nova interação global, que estaria vinculada a uma multipolaridade bélica, como a que ocorrera na Europa do século XVIII. Entretanto, o autor lembra que, no jogo atual, de um lado, é a primeira vez que o país líder levanta barreiras protecionistas para manter seu poder e, de outro, todas as potências possuem armas nucleares, esquecendo-se apenas de que essa intensificação das disputas e rivalidades interimperialistas foram os motores que redundaram nas duas Guerras Mundiais.

Em nossa concepção, o conceito multipolar revelaria equilíbrio de forças em âmbito global, além da preferência pela cooperação, em um viés ideológico liberal, de desenvolvimento capitalista, bem como a paz como pressuposto para a realização das relações sociais e transações comerciais. Entretanto, pelos próprios fatos, esse equilíbrio pacífico idealizado pelo liberalismo é negado em si, com o endurecimento das rivalidades, a volta do protecionismo e da barbárie da guerra imperialista e a escalada na corrida armamentista em diferentes frentes da disputa concorrencial.

Por um lado, os Estados Unidos tendem a se rearticular em benefício próprio, privilegiando o protecionismo econômico para recuperar a competitividade de suas indústrias. Por outro, para além da correspondência ideológica neofascista entre Trump e Vladimir Putin²⁰, as medidas para a resolução da guerra na Ucrânia²¹ nos parecem um

lideranças liberais devido tanto ao passado de sofrimento sofrido pelos judeus com o antissemitismo europeu, cujo ápice foi o holocausto hitlerista, quanto ao *lobby* sionista mundo afora, principalmente nos Estados Unidos. Netanyahu ampliou sobremaneira a prática do genocídio feita pelo Estado israelense durante seu último governo, prática que o levou a ser procurado para ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), com sede em Haia. Os Estados Unidos, por sua vez, seguem como os grandes aliados israelenses, não importando o partido na presidência da Casa Branca, isto é, Democratas e Republicanos sustentam os crimes colonialistas e de genocídio de Israel.

²⁰ Putin é um ex-agente da KGB, a antiga polícia secreta da URSS. Suas medidas, internas e externas, guardam amplo vínculo com a ideologia e os métodos neofascistas. No âmbito doméstico, o presidente russo persegue opositores, homossexuais, partidos de esquerda e impõe um regime autocrático, com emendas para se perpetuar no poder. No eixo externo, Putin assume uma política militarista expansiva, rompendo com o direito internacional e a autodeterminação de etnias em sua ousada estratégia belicista de recuperar antigas áreas de influência russas, tanto do período czarista quanto soviético.

²¹ O presidente Volodymyr Zelenskyy, que angariou apoio de alas liberais ocidentais em sua resistência contra Putin, viu a dívida pública ucraniana aumentar em 60% nos três anos de guerra, cujos credores são

meio de desarticular a progressiva aliança entre a China e a Rússia²², que se intensificaram desde a eclosão da guerra na Europa e a posterior imposição de sanções econômicas estadunidenses sobre seus rivais. Essas, por sua vez, não apresentaram o impacto esperado nas economias dos países, os quais obtiveram números consideráveis de crescimento econômico desde a imposição das sanções.

Além disso, o governo Trump também restringiu sobremaneira o guarda-chuva protetivo da Europa e seu sustentáculo na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), algo que vigia desde o início da Guerra Fria, em 1947, para focar seus recursos em sua recuperação competitiva de suas indústrias internamente. A União Europeia (UE), por sua vez, diante de seu atraso bélico e da dependência militar dos Estados Unidos, propõe expandir consideravelmente seu orçamento armamentista, com o aumento dos gastos dos países membros destinados à compra de equipamentos de guerra. Emmanuel Macron também passou a ofertar recorrentemente o arsenal atômico francês ao bloco como suposta medida de contrabalançar as incursões de Putin no campo de batalha europeu.

Essa nova conjuntura tem levado as disputas geopolíticas e geoeconômicas a um novo patamar. Para além da retórica ameaçadora presente nesses três blocos – Estados Unidos; UE; e Rússia-China –, há uma grande escalada de uma nova corrida armamentista, com investimentos faraônicos em arsenal bélico e nuclear. Por um lado, o mercado financeiro²³ e as indústrias de armas lucram com o perigo que nos ronda. Por outro, as lideranças políticas desses blocos interimperialistas ignoram, cinicamente, a ameaça catastrófica, avançando em suas táticas belicosas.

EU, FMI e Banco Mundial. A UE é a organização que mais emprestou recursos à Ucrânia e ela vai querer reaver os créditos concedidos (TOUSSAINT, 2025). Com o fim do apoio estadunidense – recursos tecnológicos, financeiros e bélicos –, a Ucrânia acabou rendendo-se aos termos propostos por Trump para aceitar o cessar-fogo e iniciar a resolução da guerra. É importante destacar que Zelenskyy também possui um forte traço neofascista, destacando-se suas medidas de: proibição de partidos de esquerda; perseguição de políticos opositores; censura de parte da mídia; nomeação de interventores; cancelamento de eleições; perspectiva *anti-establishment* (BARRETO, 2024).

²² Como destaca Fiori (2023), “a guerra na Ucrânia acelerou a formação de uma aliança estratégica entre a Rússia e a China, que deu alguns passos diplomáticos gigantescos à sombra da própria guerra, na direção do estreitamento de suas relações econômicas e estratégicas e do alargamento de sua influência sobre o Oriente Médio e a África”. No entanto, como nos lembra Lazzarato (2023), “o alvo da guerra na Ucrânia [durante o governo de Joe Biden] são os chineses e não a Rússia – uma potência militar, mas muito fraca economicamente”.

²³ No dia 3 de março deste ano, as ações das empresas armamentistas europeias subiram consideravelmente após a presidente da EU, Ursula Von Der Leyen, anunciar o crescimento dos investimentos do bloco em seu arsenal militar.

Portanto, não se trata de multipolaridade o que está em jogo, mas o acirramento das disputas interimperialistas em um contexto de crises econômicas recorrentes e de busca da consolidação da hegemonia dos agentes imperiais envolvidos. Além disso, não há qualquer problema de coexistência entre a política estadunidense de protecionismo comercial para tentar reaquecer a competitividade industrial doméstica com mecanismos macroeconômicos de sustentação do “dólar forte”. A moeda norte-americana continua detendo o status de soberana entre todas as demais e com gigantesca margem de demanda por seus títulos públicos, a qual sustenta a soberania de sua moeda.

No próprio contexto do padrão ouro, coexistiram políticas protecionistas, dos países retardatários, com o liberalismo da livre convergência das moedas nacionais em ouro. A única diferença atualmente é que o próprio país hegemônico, os Estados Unidos, impulsionaram a política protecionista, mas sem abandonar o poder financeiro e macroeconômico de sua moeda, conquistado em *Bretton Woods*, mas aprofundado sobremaneira a partir do “Choque Volker” de 1979. Nem a crise de 2008, cujo epicentro foi *Wall Street*, abalou o status hegemônico do dólar. Pelo contrário, como procuramos demonstrar, impulsionou-o, com os agentes buscando a moeda soberana para aplicar seus ativos.

Contudo, reconhecemos o profundo paradoxo das políticas trumpistas, inclusive a sua determinação de os Estados Unidos realizarem uma reserva estratégica de criptomoedas – setor que não há quaisquer regulações nacionais ou internacionais –, o que pode representar uma ameaça futura à hegemonia global do dólar, já que o próprio governo da potência global reivindica, de maneira inédita, tal política contra a sua supremacia monetária. Não podemos saber as reais intenções dessa resolução, mas pode-se suspeitar que ela guarde conexões com a plutocracia do *modus operandi* das empresas de Trump e também das novas tecnologias, que aderiram profundamente ao discurso e à política neofascista trumpista, inclusive com Musk sendo nomeado secretário de seu governo.

Conclusão

O presente artigo buscou demonstrar como o imperialismo assume diferentes posições diante do quadro econômico global. Nesse sentido, em momentos de busca de desenvolvimento ou de crises econômicas, ele se caracteriza com a intensificação das rivalidades internacionais, com um claro viés protecionista e armamentista. A atual

conjuntura mundial guarda conexões e semelhanças muito próximas aos momentos antecedentes às duas Guerras Mundiais, com o perigo catastrófico retornando à ordem do dia e do capital. Já os períodos de prosperidade liberal, tanto keynesiana²⁴ quanto monetarista, apresentam uma certa paz entre as potências globais, mas isso não significa que as guerras, a exploração econômica e dominação de áreas de influência ocorram, já que o período da Guerra Fria é farto de exemplos de guerra quente, materializada na periferia do sistema capitalista.

Em nossa hipótese, a analogia da contemporaneidade com as épocas precedentes às duas Guerras Mundiais é reflexo, de um lado, da ascensão produtiva e econômica da China, com a conseqüente desindustrialização norte-americana. De outro, há o retorno tanto da política protecionista, entre as potências globais, quanto uma nova corrida armamentista, cujos perigo e ameaças são a materialização da catástrofe e da barbárie, com guerras em nível internacional e a hecatombe nuclear, o que nega por si só a ideia de qualquer possibilidade de multipolaridade, que estaria vinculada a um ambiente pacífico e equilibrado de desenvolvimento capitalista.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BARRETO, Marina Shhessarenko. “O enigma de Kiev”, in *Piauí*, publicado em 15/10/2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/zelensky-o-enigma-de-kiev/> Acesso em 10/11/2024.

BRUNHOFF, Suzanne de. “A instabilidade financeira internacional”, in CHESNAIS, François (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã Editora, 1998.

_____. “A instabilidade monetária internacional”, in CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

²⁴ Lembrando que o próprio Keynes (1983), no capítulo 24 de sua *Teoria Geral*, classifica sua obra dentro do escopo liberal.

CARNEIRO, Ricardo. “Globalização financeira e inserção periférica”, in *Economia e Sociedade*, n.13, pp.57-92, 1999.

CASTRO, Lucas Crivelenti e. *Novíssima dependência: a subordinação brasileira ao imperialismo no contexto do capitalismo financeirizado*. São Paulo: Dialética, 2021.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

_____. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”, in CHESNAIS, François (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã Editora, 1998.

_____. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”, in *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CONTI, Bruno. De; ROSSI, Pedro; BIANCARELLI, André. “Currency hierarchy, liquidity preference and exchange rates: a keynesian/minskyan approach”, *Congrès de l’Association d’Économie Politique*. Université Montesquieu Bordeaux IV, France, 3-5 Juliet 2013.

EPSTEIN, Gerald. “Is the US Dollar on the Verge of Being Dethroned as the World’s Currency?”, in *Truthout*, publicado em 17/07/2023. Disponível em: <https://truthout.org/articles/is-the-us-dollar-on-the-verge-of-being-dethroned-as-the-worlds-currency/>. Acesso em 15/01/2023.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FIORI, José Luís. “Novo BRICS explode a ordem internacional”, in *A terra é redonda*, publicado em 28/08/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/> Acesso em: 05/01/2024.

_____. “A estratégia norte-americana de ‘destruição inovadora’”, in *A terra é redonda*, publicado em 18/03/2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-norte-americana-de-destruicao-inovadora/> Acesso em: 19/03/2025.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular/Ideias Baratas, 2012.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John A. *Imperialism: a study*. New York: James Pott & Company, 1902.

KAUTSKY, Karl. “Ultra-Imperialism”, in *Die Neue Zeit*, 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em 13/02/2023.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KINDLEBERGER, Charles; DEPRES, Emile; SALANT, Walter. “The Dollar and World Liquidity: a Minority View”, in KINDLEBERGER, Charles. *International Money: a Collection of Essays*. Abingdon: Routledge, 1981.

LAZZARATO, Maurizio. “Lazzarato: por que é tão crucial superar o dólar”, entrevista publicada em *Outras Palavras*, 03/07/2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/eurocentrismoemxeque/lazzarato-por-que-e-tao-crucial-superar-o-dolar/>. Acesso em 05/01/2024.

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, Volume II, 1988.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

METRI, Mauricio. “Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de *desdolarização* da economia internacional”, in *Economia e Sociedade*. Campinas, v.29, n. 3 (70), p. 719-736, setembro-dezembro 2020.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. “Capitalismo global e império norte-americano”, in PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist Register: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2004.

PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PRATES, Daniela Magalhães. *Crises financeiras dos países “emergentes”*: uma interpretação Heterodoxa. Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

ROSSI, Pedro. *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: Teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SERRANO, Franklin. “Do ouro imóvel ao dólar flexível”, in *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), pp. 237-253, jul./dez. 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “O fim da guerra e o futuro do sistema internacional”, in *Opera Mundi*, publicado em 05/03/2025. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/o-fim-da-guerra-e-o-futuro-do-sistema-internacional/> Acesso em 10/03/2025.

STRANGE, Susan. “The Persistent Myth of Lost Hegemony”, in *International Organization*, v.41, n°4, pp.551-574, Autumn 1987.

STUENKEL, Oliver. *O mundo pós-ocidental: Potências Emergentes e a Nova Ordem Global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. “A retomada da hegemonia norte-americana”, in *Revista de Economia Política*, vol.5, n°2, abril-junho/1985.

TOUSSAINT, Eric. “La dette de l’Ukraine : un instrument de pression et de spoliation aux mains des créanciers”, in *Contretemps: Revue de Critique Communiste*, publicado em 13/02/2025. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/dette-ukraine-instrument-pression-spoliation-usa-russie/> Acesso em 20/02/2025.

WALTER, Andrew. *World Power and World Money: The Role of Hegemony and International Monetary Order*. Hoboken: Prentice-Hall, 1993.